

**A DIMENSÃO REGIONAL DA POLÍTICA VARGUISTA: AS RELAÇÕES
ENTRE BRASIL E URUGUAI DURANTE O ESTADO NOVO**

Rafael Nascimento Gomes¹

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a analisar a dimensão regional da política varguista. Em outras palavras, buscar-se-á explorar a política externa do governo de Getúlio Vargas, durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) voltada para a região do Rio da Prata, a partir das relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai. Nesta análise, a dimensão regional ganha destaque uma vez que o período é marcado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e esta mesma guerra chegou em solo americano e contou com a participação efetiva de militares brasileiros.

Palavras-chaves: Relações Brasil-Uruguai; História das Relações Internacionais do Brasil; Estado Novo, Uruguai.

Introdução

Historicamente, a região do Rio da Prata foi uma preocupação constante e fundamental na política externa brasileira, sobretudo, em seu projeto a nível regional. As relações político-diplomáticas entre Brasil e Uruguai marcaram intensamente o processo de formação de seus respectivos Estados nacionais ao longo do século XIX, mas também se prolongaram para o século XX. Historicamente, a noção de vizinhança evoluiu no imaginário popular, no conceito geopolítico e nas preocupações da diplomacia brasileira.

Desde o processo de formação dos Estados Nacionais, ao longo do século XIX, a Banda Oriental, atual Uruguai, enfrentou um intenso conflito, ora externo, ora interno, até consolidar-se como Estado Oriental. O Brasil, por sua vez, projetou-se no Rio da Prata como uma prioridade de sua política externa imperial frente à rivalidade portenha. Nas palavras de Moniz Bandeira, eram os tempos do expansionismo brasileiro, pois o Rio da Prata representava a chave de acesso ao estuário superior do Paraná, Uruguai e Paraguai, que

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade de Brasília (PPGHIS-UnB). Pesquisador do Núcleo de Estudos Latino-Americanos (IRel-UnB). E-mail para contato: rafaelnascimento@gmail.com

banhavam terras consideradas das mais ricas e férteis do Brasil. Portanto, um elemento estratégico geopolítico e militar decisivo. (BANDEIRA, 1998).

Quando analisamos a chamada Era Vargas, observamos que a política externa do governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, é assunto bastante analisado pela historiografia. Entre os inúmeros trabalhos que trataram dos diversos aspectos do tema, a maior parte versa sobre as alternativas de alianças do Brasil com as grandes potências em um contexto internacional marcado por crescentes conflitos, com destaque para as relações com Estados Unidos e Alemanha. Entretanto, a dimensão regional da política varguista é negligenciada. Nesse sentido, nossa análise tem o foco na região do Rio da Prata.

No entanto, cabe ressaltar que quando se fala do Prata, a Argentina, pelo seu peso político e econômico, e também pela rivalidade, mereceu uma maior atenção, tanto dos estadistas como dos estudiosos brasileiros. Por isso, é importante destacar que, principalmente pela sua condição fronteiriça e, por conseguinte, a zona cultural existente entre Brasil e Uruguai, este desempenhou papel significativo em determinadas conjunturas políticas brasileiras e regionais. Aqui destacamos o período da ditadura do Estado Novo varguista (1937-1945).

No Brasil, em outubro de 1930, por meio de um golpe político, Getúlio Vargas chegou ao poder. Já no Uruguai, em novembro de 1930, Gabriel Terra já havia vencido as eleições presidenciais. Em março de 1931, Terra tomou posse como presidente eleito democraticamente. Entretanto, em março de 1933, por meio de um golpe de Estado e com o apoio de setores empresariais, como o riveirismo e o herrerismo, ele tornou-se ditador. No Brasil, anos depois, em novembro de 1937, Vargas tornara-se ditador, dando início ao regime chamado de Estado Novo, e que durou até 1945.

Dessa forma, o presente trabalho propõe-se a analisar a dimensão regional da política varguista. Em outras palavras, buscar-se-á explorar a política externa do governo de Getúlio Vargas, durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) voltada para a região do Rio da Prata, a partir das relações político-diplomáticas entre Brasil e Uruguai. Nesta análise, a dimensão regional ganha destaque uma vez que o período é marcado pela Segunda Guerra Mundial. O Brasil ocupou, nesse contexto, um espaço especial no sistema de poder norte-

americano, na medida em que sua posição geográfica representou um objetivo estratégico após a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Para isso, fundamentaremos nosso trabalho com a vasta e rica documentação diplomática do Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro) e do *Archivo Histórico-Diplomático de la República Oriental del Uruguay* (Montevidéu). Através desses documentos é possível verificar os acontecimentos que foram significativos para as relações uruguaio-brasileiras. A troca de informações estabelecida entre os Ministérios de Relações Exteriores, brasileiro e uruguaio, assim como desses com a embaixada do Brasil e com os consulados brasileiros no Uruguai, pode ser verificada nos milhares de documentos e notas presentes no referido arquivo. Com isso, identificaremos e discutiremos a política varguista para a região.

A política externa brasileira nos tempos de Vargas e a historiografia

Como defende Francisco Luiz Corsi, parece existir certo consenso segundo o qual o Brasil, a partir de meados da década de 1930, teria adotado uma política externa independente, procurando obter vantagens e ocupar espaços decorrentes do acirramento dos conflitos internacionais. Não obstante, seria importante indagar se essa busca de vantagens políticas e econômicas estaria motivada por algum tipo de projeto nacional de desenvolvimento, questão a respeito da qual parece não haver consenso. (CORSI, 2000, p. 15).

Apesar de grandes estudos a respeito da projeção internacional do Brasil durante o governo de Vargas, principalmente, sobre o seu envolvimento durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), há poucos trabalhos com ênfase à sua projeção regional. Cabe destacar os trabalhos de Francisco Doratioto (*O Brasil no Rio da Prata*, 2014; *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação, 1889-1954*; 2012), Helder Gordim da Silveira (*Argentina x Brasil: a questão do Chaco Boreal*, 1997), Eduardo Svartman (*Diplomatas, políticos e militares. As visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo*, 1999) e Rafael Nascimento Gomes (*As relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai, 1931-1938*; 2017).

Entretanto, se é verdade que a política externa brasileira, a partir de meados de 1930, foi uma política de indefinições sobre as alianças potenciais do Brasil, não é menos verdade que ela procurou, sobretudo durante o Estado Novo, sistematicamente atrair capitais e tecnologia para fomentar o desenvolvimento, além de tentar abrir novos mercados para as exportações brasileiras. Esse aspecto evidente da política econômica externa é deixado em segundo plano em muitas análises, como destaca Francisco Luiz Corsi. Essa busca constante de capitais, tecnologia e mercados indicaria a existência de um projeto de desenvolvimento centrado na industrialização condicionando a política externa. Projeto² possível, em parte, pelos choques entre os blocos imperialistas e por uma relativa desarticulação da economia mundial decorrente da Grande Depressão. (CORSI, 2000, p.16) Possível também pelo clima ideológico da época, marcado pelo nacionalismo que avançava em amplos segmentos das classes sociais urbanas, então em acelerado crescimento. Esse nacionalismo logo tomou as feições de um nacionalismo econômico, cujas principais bandeiras eram a industrialização e a independência nacional.

Na historiografia, as relações internacionais do Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939- 1945) e suas definições de política externa ganharam, principalmente a partir dos anos 1970 com a abertura de arquivos nos Estados Unidos e na Europa, um grande fôlego em suas análises, o que produziu uma grande quantidade de teses, ensaios, artigos e livros sobre o tema. Importantes nomes da historiografia se destacaram nestas análises, como Stanley Hilton, Frank McCann, Roberto Gambini, Gerson Moura e Ricardo Seitenfus. Com esses acadêmicos, ganha realce nos anos 1970 – com reflexos até nas pesquisas dos dias atuais – uma série de chaves interpretativas sobre a política externa brasileira. Conceitos como “política de cima do muro” (McCANN, 1995), “duplo jogo” (GAMBINI, 1977) e “equidistância pragmática” (MOURA, 1980) passam a permear praticamente todas as

² O projeto de desenvolvimento de Vargas não pode ser concebido como um plano acabado, com metas, mecanismos de financiamento e órgãos de controle e coordenação de programas formalmente definidos, pois não existia à época algo nesses moldes. O projeto de Vargas, que compreendia uma série de programas formulados à medida que os problemas se iam colocando, consiste em um processo redefinido constantemente pela injunção de fatores políticos, sociais e econômicos internos e externos; projeto que, no entanto, não chegou a adquirir feições definitivas mesmo ao final do Estado Novo. Ainda assim, pode-se denomina-lo “projeto” tendo em vista que os programas que o compunham apontavam na direção de um desenvolvimento baseado no mercado interno e na indústria, expressando assim uma estratégia política norteadora da ação governamental.

interpretações da dimensão externa do governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo. (OLIVEIRA, 2016, p.1-2).

A manutenção das relações estreitas com os Estados Unidos era um axioma da política externa brasileira, mas Vargas tinha demonstrado considerável independência em questões externas. Seu governo era marcadamente anticomunista, não tendo escondido simpatias para com as forças nacionalistas do general Francisco Franco durante a guerra civil espanhola. Mantinha relações íntimas com o regime de Mussolini na Itália, apoiando-se durante o conflito ítalo-etíope; e, quanto ao Terceiro Reich, Vargas exibia cordialidade sistemática e vivo interesse em expandir o intercâmbio comercial. O Brasil, aliás, tornou-se o principal parceiro comercial da Alemanha na América do Sul depois de 1934; em 1937 e 1938, o governo brasileiro assinou contratos de armamentos com a Krupp e a polícia federal estabeleceu ligações com a Gestapo visando coordenar medidas anticomunistas. No final de 1937, após a implantação do Estado Novo, Berlim até cogitava de tentar persuadir o Rio de Janeiro a assinar o Pacto Anti-Comintern. (CORSI, 2000, 30-31). Stanley Hilton lembra que, em outubro de 1938, Winston Churchill, primeiro-ministro britânico, em seu discurso pelo rádio, admoestava que “mesmo na América do Sul, o regime nazista começava a minar as bases da sociedade brasileira. (CORSI, 2000, p.15).

Nota-se, então, que conflitos quanto à questões econômicas estavam claramente presentes no processo de tomada de decisões da política externa, já que as diferentes concepções de política econômica tendiam a corresponder com alinhamentos preferenciais nos negócios internacionais. Assuntos financeiros, industriais e de comércio exterior estavam todos eles sujeitos a tais conflitos. Além disso, assuntos militares como a compra ou reposição de armamentos e munições, a vigilância das fronteiras, estudos estratégicos e o treinamento das forças armadas eram claramente ligados a fornecedores estrangeiros e *know-how* estrangeiro, e envolviam decisões políticas.

Gerson Moura sintetizou esse período, entre 1935 e 1941, na história da política externa brasileira, como “equidistância pragmática” – isto é, uma diplomacia econômica com o propósito de acelerar o crescimento interno – pelo fato de o Brasil ter procurado tirar proveito da disputa então existente entre os dois blocos de poder. Com isso, o governo de Vargas obteve êxitos reais com a nova política externa, a qual se transformou

em um instrumento eficaz para a obtenção de insumos e condições de crescimento econômico, industrialização, créditos e financiamentos das exportações, além do grande projeto siderúrgico de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, inaugurado em 1943.

A dimensão regional da política varguista

Em relação à região do Rio da Prata, se a diplomacia brasileira se modernizou na sua organização, quanto às diretrizes elas continuaram sendo, basicamente, aquelas implantadas pelo Barão do Rio Branco (1902-1912); isto é: a defesa da estabilidade política regional; a não intervenção nos assuntos internos dos países vizinhos e a permanente preocupação de manter o entendimento e o diálogo fluido com Buenos Aires. Isto é, a política varguista dava continuidade à adesão, à solução pacífica de controvérsias e à preocupação em aumentar o comércio regional, mas não estava totalmente descartada a hipótese de guerra com o vizinho argentino.³(DORATIOTO, 2014, p.115) Além disso, o Brasil adotou uma atitude de prestígio do pan-americanismo e da conciliação. Em 1930, por exemplo, Afrânio de Melo Franco, então chanceler brasileiro, ofereceu, com sucesso, os bons ofícios para o reatamento das relações diplomáticas entre Peru e Uruguai. Na questão da Letícia, entre Peru e Colômbia, e na Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai, a diplomacia brasileira desempenhou também papel conciliador.

Os dois maiores vizinhos da América do Sul sempre tiveram relações complexas. Embora tenham sido sempre importantes parceiros comerciais um do outro, Brasil e Argentina tiveram uma longa tradição de rivalidade e de disputas pela hegemonia econômica, militar e política na região. (BANDEIRA, 1993, p.25). Essa tradição, que remonta aos tempos do expansionismo do Império brasileiro e dos esforços platinos pela reconstrução do antigo Vice-Reinado do Prata, estendeu-se pelos primeiros anos do século XX em querelas diplomáticas entre os chanceleres Zeballos e Rio Branco e assumiu novas feições nas atribuladas décadas de 1930 e 1940. (SVARTMAN, 1999, p.53). Dessa forma, enquanto o Brasil sempre cultivara uma relação especial com os EUA e, ao longo da década de 1930, manteve uma política externa presente nos foros interamericanos, a Argentina sempre deixou bem claro o seu distanciamento dos organismos internacionais capitaneados

³ Essa hipótese de guerra com a Argentina também estava presente nos círculos diplomáticos uruguaios.

pelos norte-americanos ao enfatizar seus compromissos com a Inglaterra e com a Liga das Nações. Essa perspectiva diferenciada de inserção na ordem internacional, somada à disputa pela influência sobre os países vizinhos (Uruguai, Bolívia e Paraguai), marcou as relações políticas de Argentina e Brasil entre 1930 e 1942. (SVARTMAN, 1999, p.54).

Segundo Eduardo Munhoz Svartman, a construção da hegemonia brasileira na região não se restringia apenas à presença econômica e à superioridade militar, mas envolvia também o campo político-diplomático propriamente dito. No decorrer do Estado Novo, o Itamaraty imprimiu uma orientação no sentido de intensificar a presença política brasileira nos demais países latino-americanos, especialmente naqueles que faziam fronteira tanto com o Brasil quanto com a Argentina. Da mesma forma que a gestão de Batista Luzardo na Embaixada em Montevidéu (1937-1945) foi marcada por um esforço de aproximação política e diplomática entre Brasil e Uruguai, os debates em torno da possibilidade de perdão da antiga dívida de guerra do Paraguai, assumiram, para a elite diplomática brasileira, um contorno no qual se procurava reforçar a presença brasileira no Paraguai. (SVARTMAN, 1999, p.99). No plano bilateral, o Brasil também executaria uma política ativa, cuja orientação era ampliar a sua presença política e econômica sobre os seus principais vizinhos. Nesse âmbito, a rivalidade com a Argentina era ainda mais clara, pois tratava-se da consolidação de uma zona de influência (Uruguai, Paraguai, Bolívia e, em menor escala, Chile) sobre a qual ambos os países possuíam velhas pretensões. (SVARTMAN, 1999, p.107).

Nesse contexto, como contrapeso à Argentina, as relações do Brasil com o Uruguai mereceram certa atenção da diplomacia brasileira. Com maior estabilidade política, apesar das radicalizações político-ideológicas entre integralistas e comunistas, Vargas passou a valorizar uma política mais ativa na região platina, cuja orientação era ampliar a sua presença política e econômica sobre os seus principais vizinhos.

A constatação de que as legações do Brasil no exterior e as missões diplomáticas brasileiras constituíam verdadeiros “postos de observação” da conjuntura internacional, para orientar as ações do governo em sua política externa, facilitou a criação e organização de uma agência anticomunista no governo Vargas junto ao Ministério das Relações Exteriores. Criada oficialmente em 1937, junto ao Ministério das Relações Exteriores, a agência de

Serviços de Estudos e Investigações (S.E.I.)⁴ teve como objetivo central dar suporte à política de combate à oposição, particularmente aos militantes partidários e sindicais e um grande facilitador para que os órgãos do governo monitorassem as conexões dos comunistas brasileiros além das fronteiras do país. (NEPOMUCENO, 2018, p.176).

De acordo com Margarida Nepomuceno, o S.E.I. teria a função de extirpar a ameaça vermelha no Brasil e impedir que os vários agrupamentos de esquerda da época conduzissem a ação política dos intelectuais brasileiros. Esses serviços estariam ligados a vários órgãos do governo, especificamente, aos ministérios da Justiça, aos ministérios militares (Guerra, Marinha e Aeronáutica) e à direção da Polícia Federal, e funcionariam como uma agência anticomunista de informação. (NEPOMUCENO, 2018, p.178).

Os principais pontos da doutrina anticomunista, adotada pelo governo Vargas, que deveriam nortear, justificar e motivar a criação do S.E.I. alertam inicialmente, para “o caráter internacionalista” do comunismo “e o seu princípio de revolução mundial, que exigiria, segundo sua relatora, que a luta anti-bolchevique deveria ser empreendida no terreno internacional. Todos os países deveriam se unir contra a direção central da Internacional Comunista, o Komintern. No Brasil, esse empreendimento político internacional só poderia ser dirigido pelo Itamaraty, uma vez que as representações internacionais do Brasil configuravam uma sólida estrutura que nenhum outro ministério poderia oferecer. (NEPOMUCENO, 2018, p.178).

Em pleno transcurso da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e de grande comoção internacional, o Brasil queria demonstrar que as mudanças promovidas desde a chamada Revolução de 30, pelo presidente Getúlio Vargas não levariam o país na direção tomada pela Espanha, com domínio de um governo de vertente socialista (a Frente Popular) e de “consequente caos”, conforme julgavam setores do governo brasileiro. (NEPOMUCENO, 2018, p.187).

Entre os anos 30 e 40, o cenário regional encontrava os países tentando, cada um à sua maneira, sair da crise econômica que havia assolado o mundo a partir de 1929. De um

⁴ O S.E.I., segundo o projeto de portaria assinado pelo Ministro das Relações Exteriores em 1937, estaria em atividade (ainda que em caráter experimental), desde 1934. AHDI-RJ. Doc 352.345. Maço 15.604. Lata 980. M 500.1.p2.

lado, uma movimentação social de grandes proporções agitava o cenário político e de outro, os governos, buscando saídas de autoproteção e estabilidade de governo. Um dos resultados convergentes de proximidade entre os países foi a adoção de medidas de repressão semelhantes e de proteção entre os governos contra seus opositores, de troca de informações não somente entre as polícias políticas mas entre as chancelarias, para impedir, cercar, vigiar e até mesmo prender ou extraditar políticos e intelectuais que opunham resistências aos regimes autoritários implantados em vários países da América Latina.

No caso das relações entre Brasil e Uruguai, o combate aos subversivos, como defendeu a historiadora uruguaia Ana Maria Rodriguez Ayçagüer, foi um dos cinco pontos que resumiu a agenda bilateral, estritamente política, assinada em 1930 pelos dois países. (AYÇAGUER, 2008, p.101). Esse acordo implicou não mais em meras recomendações ou prisões de opositores de ambos os lados, mas no rompimento das relações do Uruguai com a Rússia, por pressão do governo brasileiro, em dezembro de 1935. A alegação do Brasil é de que a Rússia, que tinha amplos acordos comerciais com o Uruguai, estava ajudando o partido comunista brasileiro na organização dos levantes de 1935. Mesmo sem comprovação convincente, a pressão do governo brasileiro levou o Uruguai, contra a sua vontade, mas em nome dos pactos entre países americanos, a romper as relações comerciais durante muitos meses com a Rússia. Inaugurava-se naquele momento, dentro do governo Vargas, a atuação ativista de uma diplomacia voltada para consecução de políticas anticomunistas. (NEPOMUCENO, 2018, p.188).

Então, poderíamos dizer que na década de 1930, o governo Getúlio Vargas esmerou-se em criar modelos específicos de atuação da diplomacia brasileira. Se por um lado promoveu desde 1934 reformas no Ministério das Relações Exteriores, criando um forte fluxo de cooperação cultural com países da América Latina, através do que chamamos de Diplomacia Cultural, por outro, criou com os mesmos países pactos de defesa nacional, acordos para o combate efetivo dos opositores implantando políticas de reconhecimento e combate efetivo aos comunistas. A Agência Anticomunista é um exemplo de uma rede formada por diplomatas, políticos, governos vizinhos, além de profissionais da máquina burocrática do governo Vargas para concretização desse pacto. (NEPOMUCENO, 2018, p.188).

Nessa linha que a política externa brasileira sofreu uma redefinição ao longo da década de 1930, que se operou tanto no plano das suas relações com as grandes potências, compreendendo a manutenção de um pragmatismo comercial e de uma política pendular que visava barganhar o seu alinhamento, quanto na esfera continental, que visava, de maneira clara e objetiva, ampliar a presença econômica e construir uma supremacia política e militar na América Latina. Ao avaliar os dez primeiros anos da política externa do governo Vargas, o cônsul Jayme de Barros ponderou da seguinte forma os interesses brasileiros na política continental:

Não será realmente difícil encontrar o equilíbrio no sistema de forças continentais que se distribuem entre os dois oceanos, o Atlântico e o Pacífico, bem como entre as bacias do Amazonas e do Prata. Para isso, o Brasil precisa estender uma rede de comunicações que corresponda à projeção da rede ferroviária argentina. Os acontecimentos históricos verificados na Europa, a partir de 1914, e que agora mais se agravam, acentuaram ainda essa tendência da nossa política pan-americana. Firmou-se, poderosa, a convicção de que se empunha o desenvolvimento rápido da política de reconstrução da América. A unidade das nações deste hemisfério deverá repousar num consórcio econômico, moral e político, de todos os povos que habitam suas terras livres. O presidente Getúlio Vargas, retomando essa tradição da nossa política exterior, deu-lhe uma amplitude que assegurou invejável posição ao Brasil no Continente. (BARROS, 1941, p.54).

Como destacou Maria Margarida Cintra Nepomuceno em sua tese de doutorado, *A Missão Cultural Brasileira no Uruguai: A construção de uma modelo de diplomacia cultural do Brasil na América Latina*, foi a partir dos anos 1930, com Getúlio Vargas, que teve início uma reorganização no Ministério das Relações Exteriores e a articulação de um programa cultural voltado para os países da América Latina denominado Missões Culturais Brasileiras. No Uruguai, esse programa iniciou-se, primeiramente, com intercâmbios universitários, trocas de livros, feiras culturais, e culminou com a fundação do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, o ICUB, em 1940, que desde essa época centralizou todas as atividades de cooperação cultural entre os dois países. (NEPOMUCENO, 2015, p.13).

A política de cooperação cultural no Uruguai resultou de tratativas diplomáticas, acordos de Estado, convênios, decretos-leis assinados entre países e, portanto, de relações culturais institucionais- ações que, em inúmeras oportunidades, tiveram desdobramentos para além das fronteiras institucionais. Isto porque as missões eram formadas não só pelo corpo diplomático do Ministério das Relações Exteriores, mas também por intelectuais de variadas

formações e de técnicos provenientes de institutos brasileiros e universidades, que deram contribuições específicas a esse programa.

De toda forma, é importante lembrar que Getúlio Vargas já vinha mantendo entendimento com o governo uruguaio desde o golpe de Estado desferido por Gabriel Terra e seus aliados, em 1933. Documentos diplomáticos atestam que Terra contou com Getúlio Vargas para deter os opositores de seu governo que adentraram o território brasileiro pela fronteira, logo após o golpe. Em contrapartida, o Uruguai ajudou o governo do Brasil a impedir o trânsito entre comunistas brasileiros e uruguaios, em 1935, a pedido de Getúlio, num episódio que resultou no rompimento de relações entre Uruguai e Rússia. Em 1937, a polícia política do Uruguai conseguiu desbaratar um núcleo de opositores a Getúlio, liderados por Flores da Cunha, que desde a Argentina e o Paraguai se articulavam no Uruguai para marchar contra o governo de Vargas.

Durante os anos mais tenebrosos da ditadura Terra, muitos uruguaios conseguiram asilo no Brasil, retornando somente alguns anos depois. Caso, por exemplo, de Tomás Berreta, que voltou para o Uruguai somente em 1942, tendo sido eleito presidente em 1947, ou o caso de Luis Batlle Berres, que regressou para ser vice-presidente de Berreta, e o substituiria como o 30º presidente da República do Uruguai, de 1947 a 1951. E outros tantos brasileiros também se exilaram no Uruguai, como Jorge Amado (Argentina e Uruguai, de 1941 a 1944), Candido Portinari (Uruguai, 1947 a 1948), Lídia Besouchet (Uruguai, 1938 a 1940; Argentina, até 1948) e Newton Freitas, entre outros. (NEPOMUCENO, 2015, p. 13-14).

Considerações finais

No que tange à dimensão regional da política varguista, Getúlio Vargas buscava se impor como potência regional e demonstrar isso ao cenário internacional. Em outras palavras, podemos dizer que a política externa brasileira voltada para o Rio da Prata deste período buscou manter a estabilidade política regional. Enquanto nos foros interamericanos, diferentemente da Argentina, manteve uma política externa próxima a dos Estados Unidos. Com maior estabilidade política, apesar das radicalizações político-ideológicas entre integralistas e comunistas, Vargas passou a valorizar uma política mais ativa na região

platina, cuja orientação era ampliar a sua presença política e econômica sobre os seus principais vizinhos.

Em agosto de 1934, por exemplo, o presidente Terra visitou o Brasil, com o objetivo de assinar uma série de convênios e tratados com o Brasil. Portanto, com base na documentação diplomática uruguaia, nota-se que o peso do Brasil foi, de fato, mais político do que econômico. O Uruguai, como país periférico na região, reconheceu no Brasil o papel de um fiel escudeiro frente à rivalidade histórica e econômica com o seu vizinho do outro lado do Prata.

Por isso que, certa vez, o diplomata belga Henry Ketels, comparou o Uruguai ao seu pequeno país da Europa. (NAHUM, 1998, p.208) Ketels apontava como elementos comparativos: *su pequeño tamaño, su ubicación geográfica entre vecinos poderosos, su temor latente por tal hecho y su fuertemente proclamado apego al derecho internacional (pensado como único escudo de los débiles), cierta dosis de vanidad por sus respectivos logros sociales y culturales.* (NAHUM, 1998, p.8). De certa forma, isso explica, em grande medida, a situação peculiar do Uruguai no cenário regional marcada pelos dois grandes países da América do Sul: Brasil e Argentina.

Na ação diplomática na região, o Brasil, por sua vez, explorava a rivalidade histórica entre os vizinhos platinos. Exemplo dessa tradicional rivalidade no Prata entre Argentina e Uruguai foi a ruptura das relações diplomáticas entre os países entre julho e setembro de 1932. (NAHUM, 1996, p.194). Mais uma vez os países platinos rompiam as relações e mais uma vez por motivos de asilo político para opositores do país vizinho, as chamadas atividades de elementos subversivos no território de um ou outro. Depois de dois meses do rompimento das relações diplomáticas, Juan José de Amézaga foi enviado por Gabriel Terra, como agente confidencial, a Buenos Aires para retomar as relações entre os países vizinhos, e obteve sucesso. Enquanto isso, as relações com o Brasil se intensificaram.

Dessa forma, observamos que, em grande medida, pelo peso histórico da rivalidade do Uruguai com a Argentina, o “fiel da balança” de poder do Rio da Prata tendeu, ao longo do período analisado, para o lado brasileiro. Evidencia-se, então, que as relações com o Brasil de Vargas mereceram especial atenção da diplomacia uruguaia. Do lado brasileiro, Vargas também se esforçou, à sua maneira, para estreitar as relações com esse

vizinho do sul. Como destacou Carlos Roberto Rangel, os discursos antiliberais dos chefes de Estado facilitaram a convergência de interesses entre seus respectivos governos. (RANGEL, 2005, p. 22).

Um destaque da cooperação entre os governos brasileiro e uruguaio foi a atuação de João Batista Luzardo como embaixador no Uruguai, desde meados de 1937, em substituição a Lucílio da Cunha Bueno, acusado de manter contato com Flores da Cunha, opositor do regime de Vargas. Ao aproximar-se de Gabriel Terra, Luzardo conseguiu com que o governo uruguaio determinasse um regime de liberdade vigiada para Flores da Cunha em Montevideú, e daí, organizou um dispositivo legal para vigiá-lo. Batista Luzardo permaneceu na capital uruguaia até meados de 1945, e foi uma peça fundamental da política varguista para o Uruguai. Do lado uruguaio, caberia destacar a atuação de Juan Carlos Blanco. Blanco permaneceu como chanceler uruguaio de março de 1931 até as vésperas do golpe de março de 1933, em fevereiro do mesmo ano, quando foi convocado para a embaixada uruguaia na capital brasileira. Em outras palavras, o presidente do Uruguai confiava, plenamente, em Carlos Blanco para conseguir apoio do governo brasileiro para a ditadura de Terra que logo seria instaurada. Blanco, de toda forma, foi fundamental na execução da política uruguaia para o Brasil, já que permaneceu na embaixada uruguaia no Rio de Janeiro até meados de 1941.

Este período, portanto, o Estado Novo e o contexto da Segunda Guerra, é um momento de intensificação das relações entre Brasil e Uruguai, da mesma forma em que as contradições políticas e frustrações entre o governo democrático uruguaio e a ditadura varguista marcaram estas relações.

FONTES/REFERÊNCIAS

Fontes/ Acervos

- a) *Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay* (Montevideú, Uruguai);
- b) *Biblioteca del Instituto Artigas del Servicio Exterior* (Montevideú, Uruguai);

- c) Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro, Brasil);

Referências bibliográficas

ABREU, Marcelo Paiva. *O Brasil e a economia mundial, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 1998.

BARROS, Jayme de. *A Política Exterior do Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

CAETANO, Gerardo. (Coordenador). *Uruguay. El “país modelo” y sus crisis*. Tomo III-1930-2010. Madrid: Fundación Mapfre; Montevideo: Editorial Planeta; 2016.

CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. [O Brasil Republicano; v.2]; p. 107-143.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Externa Brasileira*. Brasília: EdUnB; 2002.

CLEMENTE, Isabel. *Política exterior del Uruguay, 1830-1995. Tendencias, problemas, actores y agendas*. In: Documentos de Trabajo No. 69. Montevideo; 2005.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: Política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000.

_____. *O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira*. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012; p.219-252.

DE LOS SANTOS, Clarel. *El péndulo magnetizado: las relaciones de Uruguay con Brasil durante la II Guerra Mundial*. Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Avances de Investigación, 2011.

DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata*. Brasília: FUNAG; 2014.

DULLES, John. W. F. *O Comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. [O Brasil Republicano; v.2]

FREGA, Ana [et all]. *Historia del Uruguay en el siglo XX: 1890-2005*. Montevideo: EDBOU, 2011.

GAMBINI, Roberto. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

GOMES, Ângela de Castro. *Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia*. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012; p.69-91.

GOMES, Rafael Nascimento. *As relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai (1931-1938). O Brasil de Getúlio Vargas visto pelo Uruguai de Gabriel Terra*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

_____. *O comunismo e o anticomunismo entre o Brasil e o Uruguai ao longo da década de 1930*. In: Revista Latino-Americana de História. UNISINOS; vol. 7, nº. 19-jan/jul de 2018; p.171-189.

HILTON, Stanley E. *O Brasil e a crise internacional. 1930-1945 (Cinco estudos)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

JACOB, Raúl. *El Uruguay de Terra. 1931-1938*. Montevideo, EDBOU, 1983.

LOBO, Hélio. *O Pan-Americanismo e o Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional; 1939.

MAIA, Jorge. *Um decênio de política externa*. Rio de Janeiro: DIP; 1940.

MCCANN, Frank D. *Aliança Brasil – Estados Unidos 1937/1945*. Rio de Janeiro: Bibliex Editora, 1995.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência. A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

_____. *Relações Exteriores do Brasil: 1939-1950: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG; 2012.

NAHUM, Benjamin; BALBIS, Jorge. (Orgs.). *Informes diplomáticos de los representantes de Bélgica en el Uruguay. Tomo I: 1832-1946*. Montevideo, UdelaR, Departamento de Publicaciones, 1998.

NEPOMUCENO, Maria Margarida Cintra. *A Missão Cultural Brasileira no Uruguai: A construção de uma modelo de diplomacia cultural do Brasil na América Latina*. Tese de doutorado- Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP), São Paulo, 2015.

_____. *A criação de uma Diplomacia Anticomunista no governo Vargas, em 1937*. In: Revista Em Tempo de Histórias (PPGHIS/UnB). Nº. 33, Brasília, Ago – Dez, 2018; p.176-189. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/issue/view/1695>

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

NETO, Lira. *Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ODDONE, Juan Antonio. *El Uruguay entre la depresión y la guerra. 1929-1945*. Montevideo, FCU/FHCE, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

OLIVEIRA, Jônatan Coutinho da Silva de. *A Política Externa de Getúlio Vargas e o papel do Ministro Oswaldo Aranha (1938-1944)*. In: Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio, 2016.

PANDOLFI, Dulce. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Participação política nos discursos oposicionistas a Getúlio Vargas (Brasil) e Gabriel Terra (Uruguai)- 1930/1942*. Tese de doutorado- UFRS. Porto Alegre; 2007.

RECKZIEGEL, Ana Luisa Setti. *A diplomacia marginal: vinculações política entre Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF; 1999.

RODRÍGUEZ AYÇAGUER, Ana María. *La diplomacia del anticomunismo: la influencia del gobierno de Getulio Vargas en la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay con la URSS en diciembre de 1935*. In: Estudos Ibero-Americanos, Vol. XXXIV, Núm. 1, jun., PUC-RS; 2008; pp. 92-120.

_____. *El gran vecino norteño: una aproximación a las relaciones de Uruguay con Brasil en la primera mitad del siglo XX*. In: Res gesta, número 52, Año 2017; Rosario, Argentina.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942. O processo de envolvimento brasileiro na IIa. Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas, políticos e militares. As visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____. *As orientações fundamentais da política externa do primeiro governo Vargas*. Anos 90, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, v. 4, n. 5, jul. 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6167/3661> . Acesso em: 15 jan. 2014.

TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VARGAS, Getúlio. *Diários*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV; 1995.

_____. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1937-1943.
(10 Vols.)